



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Relatório de Monitoramento 35/2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INTERESSADO:	Secretário de Estado de Saúde - Gilberto Gomes de Figueiredo
C/ CÓPIA:	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT
ASSUNTO:	Monitoramento das Recomendações oriundas dos trabalhos de auditoria e controle

Trata-se de monitoramento realizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Controle Interno – SDC, considerando os Planos de Providências do Controle Interno – PPCIs elaborados pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE-SES, em atendimento às recomendações expedidas nos Produtos de Auditoria.

Cuiabá-MT
Setembro/2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SUMÁRIO

1. - INTRODUÇÃO

1.1. - OBJETIVOS

1.2. - METODOLOGIA

1.3. - LIMITAÇÕES

2. - RESULTADOS DO MONITORAMENTO

2.1. - PRODUTOS MONITORADOS

2.2. - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO GERAL DAS RECOMENDAÇÕES

2.3. - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR PRODUTO DE AUDITORIA

2.4. - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR SUBSISTEMA

2.5. - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR PONTO DE CONTROLE

3. - COMENTÁRIOS DA EQUIPE DE MONITORAMENTO

4. - CONCLUSÃO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

1 - INTRODUÇÃO

1. Considerando que a Controladoria Geral do Estado - CGE/MT, órgão superior de Controle Interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 52 da Constituição Estadual, tem como missão contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles, da conduta dos servidores e dos fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.

2. Considerando que Resolução Normativa TCE/MT n.º 12/2017-TP, que dispõe sobre os procedimentos de avaliação dos controles internos do Poder Executivo, determina, em seu inciso VII, que os relatórios de monitoramento dos Planos de Providências relativos à avaliação de controles internos, quando elaborados, serão encaminhados ao TCE/MT ao final de cada quadrimestre.

3. Considerando que a Instrução Normativa CGE n.º 3, de 3 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de elaboração e monitoramento dos Planos de Providências de Controle Interno formulados em resposta às recomendações e determinações emitidas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, define as responsabilidades e a forma de emissão do relatório de monitoramento.

4. Considerando a Portaria n.º 0067/2020/CGE/MT, que instituiu o Sistema Informatizado de Monitoramento (SisMonitora) na Controladoria Geral do Estado - CGE/MT e nas Unidades Setoriais de Controle Interno - UNISECIs, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

5. Considerando que compete à Superintendência de Desenvolvimento do Controle - SDC, entre outras atribuições, monitorar o cumprimento das recomendações e determinações expedidas pelos órgãos de Controle Interno e Externo.

6. Considerando que a Ordem de Serviço n.º 100/2021 designou os Auditores do Estado, André Ramos Gomes da Silva, Marino Koch e Norton Glay Sales Santos, para realização do monitoramento dos trabalhos de auditoria encaminhados ao TCE/MT.

7. Apresenta-se o presente Relatório de Monitoramento que é o instrumento que comunica e demonstra os resultados alcançados com a realização das ações estabelecidas nos Planos de Providências elaborados pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE-SES, em atendimento às recomendações expedidas nos trabalhos de auditoria e controle.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

8. Conforme art. 5º Portaria nº 0067/2020/CGE/MT, esclareço que foram considerados os produtos de auditoria emitidos de janeiro/2017 a julho/2021 para a emissão deste relatório, ou seja, produtos de auditoria entregues no órgão até a data de 30 de julho de 2021. Nesse sentido, houve notificação à UNISECI informando que no mês de setembro seria emitido o relatório de monitoramento e que seriam considerados os produtos entregues no órgão até 30 de julho de 2021.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

1.1 - OBJETIVOS

9. O objetivo geral do monitoramento é verificar se as Unidades Orçamentárias do Poder Executivo Estadual estão tomando as providências para sanar as falhas e irregularidades apontadas nos relatórios de auditoria emitidos pelos Órgãos de Controle. Ademais, os objetivos específicos que norteiam esta atividade são:

- Verificar o grau de implementação das recomendações e determinações;
- Acompanhar a evolução das unidades auditadas;
- Auxiliar os gestores das unidades a verificar se as ações propostas nos planos de providência foram ou estão sendo implementadas;
- Identificar quais são os maiores obstáculos e dificuldades para implementação das recomendações e determinações;
- Analisar se as auditorias realizadas obtiveram os resultados esperados.

1.2 - METODOLOGIA

10. O Monitoramento das ações de controle consiste no acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada em relação às recomendações e determinações constantes dos produtos de auditoria e é realizado com base no plano de providências elaborado pela Unidade Orçamentária via Sistema informatizado de Monitoramento - SisMonitora.

11. A SDC é responsável pelas atividades de monitoramento (pós-auditoria), além de acompanhar o cumprimento das determinações, que tomar conhecimento dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

12. O monitoramento do atendimento das recomendações e determinações, emitidas pela CGE/MT e demais órgãos de controle, é realizado por Auditores do Estado designados, por meio de ordem de serviço, especificamente para esse fim, inclusive utilizando o Sistema Informatizado de Monitoramento - SisMonitora.

13. As equipes de monitoramento realizam testes, análises, e avaliações nos registros e nas evidências juntadas, com o intuito de verificar o cumprimento das deliberações. Sempre que necessário, a equipe de monitoramento realiza verificações in loco com o objetivo de confirmar a consistência e efetividade das medidas adotadas.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

14. Com base nos dados e informações coletadas durante o monitoramento, as equipes classificam as deliberações, segundo o grau de implementação, no período verificado, em:

Classificação	Sigla	Definição
A Implementar	A.I	Quando não iniciadas ações objetivando a implementação da recomendação.
Em Implementação	E.I	Quando iniciadas ações objetivando a implementação da recomendação, mas que ainda não tenha sido totalmente cumprida.
Implementada	I	Quando, após a realização dos testes pela equipe de auditoria responsável pelo monitoramento, satisfaz todos os requisitos constantes do texto da recomendação.
Não Implementada	N.I	Quando, findo o prazo após os testes realizados pela equipe de auditoria responsável pelo monitoramento, não satisfaz todos os requisitos constantes do texto da recomendação.
Cancelada	C	Quando por erro de registro, for encerrada pela CGE/MT.

1.3 - LIMITAÇÕES

15. As atividades de monitoramento possuem limitações impostas ao trabalho associadas à metodologia usada para investigar a implementação das ações saneadoras propostas pelas Unidades Orçamentárias ou Entidades, à confiabilidade ou à dificuldade na obtenção de dados, ao tempo disponível para realização da atividade, assim como às limitações relacionadas ao próprio escopo do trabalho, ou seja, as áreas e os aspectos não analisados.

16. Neste sentido, o presente relatório, assim como o controle interno de forma geral, apresenta limitações, e portanto, oferece segurança razoável de que as recomendações e determinações foram implementadas, mas não garante que os problemas e irregularidades apontados nos produtos de auditoria foram efetivamente sanados.



2 - RESULTADOS DO MONITORAMENTO

2.1 - PRODUTOS MONITORADOS

17. O presente relatório refere-se ao monitoramento da implementação das recomendações emitidas nos seguintes trabalhos:

1. Relatório de Auditoria nº 0032/2020;
2. Relatório de Auditoria nº 0031/2019;
3. Relatório de Auditoria nº 0067/2020;
4. Relatório de Auditoria nº 0039/2020;
5. Relatório de Auditoria nº 0011/2019;
6. Relatório de Auditoria nº 0061/2017;
7. Recomendação Técnica nº 0360/2020;
8. Relatório de Auditoria nº 0052/2017;
9. Recomendação Técnica nº 0096/2018;
10. Parecer de Auditoria nº 0025/2019;
11. Recomendação Técnica nº 0241/2019;
12. Relatório de Auditoria nº 0022/2017;
13. Relatório de Auditoria nº 0030/2020;
14. Relatório de Auditoria nº 0033/2020;
15. Relatório de Auditoria nº 0059/2020;
16. Relatório de Auditoria nº 0060/2019;
17. Recomendação Técnica nº 0318/2020;
18. Relatório de Auditoria nº 0049/2020;
19. Relatório de Auditoria nº 0023/2017;
20. Relatório de Auditoria nº 0068/2019;
21. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0029/2019;
22. Recomendação Técnica nº 0364/2019;
23. Recomendação Técnica nº 0030/2018;
24. Relatório de Auditoria nº 0058/2020;
25. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0025/2019;
26. Relatório de Auditoria nº 0031/2020;
27. Recomendação Técnica nº 0136/2020;
28. Relatório de Auditoria nº 0016/2018;
29. Relatório de Auditoria nº 0071/2019;
30. Recomendação Técnica nº 0167/2020;
31. Relatório de Auditoria nº 0049/2017;
32. Recomendação Técnica nº 0219/2018;
33. Relatório de Auditoria nº 0001/2019;
34. Recomendação Técnica nº 0157/2020;
35. Recomendação Técnica nº 0239/2019;



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

36. Recomendação Técnica nº 0178/2017;
37. Relatório de Auditoria nº 0046/2018;
38. Relatório de Auditoria nº 0012/2018;
39. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0009/2019;
40. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0019/2018;
41. Relatório de Avaliação do Controle Interno nº 0001/2017;
42. Recomendação Técnica nº 0159/2020;
43. Relatório de Auditoria nº 0065/2020;
44. Relatório de Auditoria nº 0060/2020;
45. Relatório de Auditoria nº 0057/2019;
46. Recomendação Técnica nº 0018/2019;
47. Relatório de Auditoria nº 0017/2020;
48. Relatório de Auditoria nº 0027/2020;
49. Recomendação Técnica nº 0108/2020.

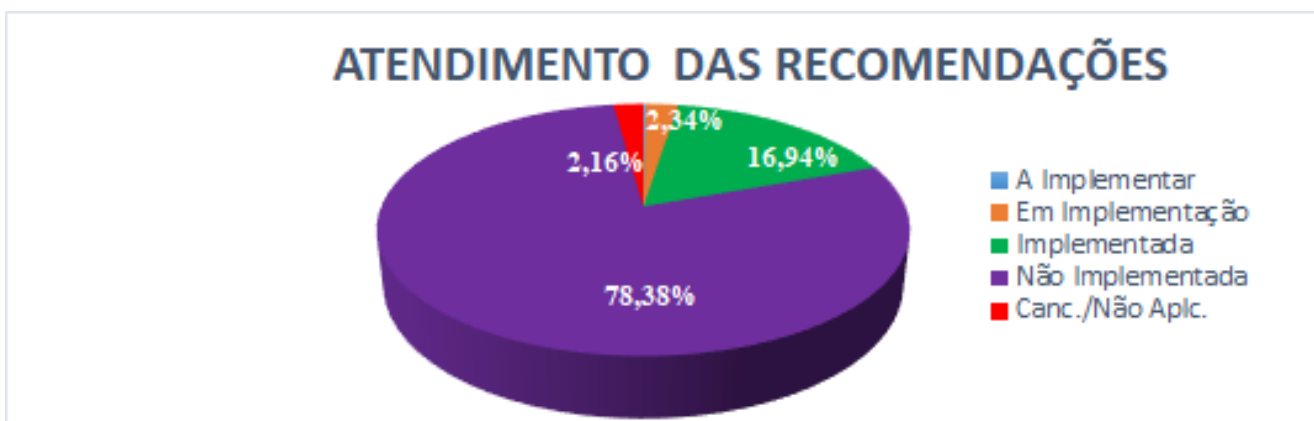
18. A supracitada avaliação foi realizada por meio das unidades técnicas desta Controladoria, em suas respectivas esferas de competência e seus respectivos subsistemas.



2.2 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO GERAL DAS RECOMENDAÇÕES

19. A implementação das recomendações pode ser observada na sua totalidade, e por várias perspectivas: por produto de auditoria, por subsistema e/ou por ponto de controle.

20. No geral, foram emitidas 555 recomendações para a SES, sendo: 13 Em Implementação - 1 A Implementar - 435 Não Implementada - 12 Cancelada - 94 Implementada.



21. Portanto, conforme gráfico acima, 16,94% das recomendações foram implementadas e 2,34% das recomendações estão em fase de implementação, ou seja, houve a elaboração do Plano de Providência de Controle Interno, mas as ações ainda não foram totalmente cumpridas.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

2.3 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR PRODUTO DE AUDITORIA

22. Abaixo detalha-se as recomendações por Produto de Auditoria, assim como a respectiva situação em que se encontra o seu cumprimento.

Recomendação por Produto de Auditoria

U. O	Produto	Nº	Ano	Recomendação					Total	Grau de Implementação
				A Implementar	Em Implementação	Implementada	Não Implementada	Cancelada		
SE S	Relatório de Avaliação do Controle Interno	1	2017	0	4	24	82	6	116	20,69%
SE S	Relatório de Auditoria	22	2017	0	0	0	23	0	23	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	23	2017	0	0	1	0	0	1	100,00%
SE S	Relatório de Auditoria	49	2017	0	0	4	4	0	8	50,00%
SE S	Relatório de Auditoria	52	2017	0	0	0	13	0	13	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	61	2017	0	0	0	6	0	6	0,00%
SE S	Recomendação Técnica	178	2017	0	0	1	5	0	6	16,67%
SE S	Relatório de Auditoria	12	2018	0	0	1	5	0	6	16,67%
SE S	Relatório de Auditoria	16	2018	0	0	0	2	0	2	0,00%
SE S	Relatório de Avaliação do Controle Interno	19	2018	0	1	6	88	0	95	6,32%
SE S	Recomendação Técnica	30	2018	0	0	0	1	0	1	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	46	2018	0	0	0	6	0	6	0,00%
SE S	Recomendação Técnica	96	2018	0	0	0	2	0	2	0,00%
SE S	Recomendação Técnica	219	2018	0	0	0	2	0	2	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	1	2019	0	0	1	5	0	6	16,67%
SE S	Relatório de Avaliação do Controle Interno	9	2019	0	2	7	17	1	27	25,93%
SE S	Relatório de Auditoria	11	2019	0	0	0	2	0	2	0,00%



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SE S	Recomendação Técnica	18	2019	0	0	1	0	2	3	33,33%
SE S	Parecer de Auditoria	25	2019	0	3	0	2	0	5	0,00%
SE S	Relatório de Avaliação do Controle Interno	25	2019	0	0	3	44	1	48	6,25%
SE S	Relatório de Avaliação do Controle Interno	29	2019	1	1	0	4	0	6	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	31	2019	0	0	4	16	0	20	20,00%
SE S	Relatório de Auditoria	57	2019	0	0	1	19	0	20	5,00%
SE S	Relatório de Auditoria	60	2019	0	0	0	23	0	23	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	68	2019	0	0	3	5	0	8	37,50%
SE S	Relatório de Auditoria	71	2019	0	0	0	4	0	4	0,00%
SE S	Recomendação Técnica	239	2019	0	0	0	4	0	4	0,00%
SE S	Recomendação Técnica	241	2019	0	0	0	3	0	3	0,00%
SE S	Recomendação Técnica	364	2019	0	0	0	1	0	1	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	17	2020	0	0	1	6	0	7	14,29%
SE S	Relatório de Auditoria	27	2020	0	0	2	5	0	7	28,57%
SE S	Relatório de Auditoria	30	2020	0	0	4	4	0	8	50,00%
SE S	Relatório de Auditoria	31	2020	0	0	3	3	0	6	50,00%
SE S	Relatório de Auditoria	32	2020	0	0	1	4	1	6	16,67%
SE S	Relatório de Auditoria	33	2020	0	1	6	2	0	9	66,67%
SE S	Relatório de Auditoria	39	2020	0	0	7	2	1	10	70,00%
SE S	Relatório de Auditoria	49	2020	0	0	4	4	0	8	50,00%
SE S	Relatório de Auditoria	58	2020	0	0	0	2	0	2	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	59	2020	0	0	0	1	0	1	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	60	2020	0	0	0	1	0	1	0,00%
SE S	Relatório de Auditoria	65	2020	0	0	0	3	0	3	0,00%



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SE S	Relatório de Auditoria	67	202 0	0	1	0	3	0	4	0,00%
SE S	Recomendação Técnica	108	202 0	0	0	1	1	0	2	50,00%
SE S	Recomendação Técnica	136	202 0	0	0	1	0	0	1	100,00%
SE S	Recomendação Técnica	157	202 0	0	0	1	0	0	1	100,00%
SE S	Recomendação Técnica	159	202 0	0	0	1	0	0	1	100,00%
SE S	Recomendação Técnica	167	202 0	0	0	1	4	0	5	20,00%
SE S	Recomendação Técnica	318	202 0	0	0	1	2	0	3	33,33%
SE S	Recomendação Técnica	360	202 0	0	0	3	0	0	3	100,00%
TOTAL				1	13	94	435	12	555	16,94%

Fonte: Dados do monitoramento realizado pela SDC - Setembro de 2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

2.4 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR SUBSISTEMA

23. Apresenta-se o detalhamento das recomendações por subsistema, bem como a respectiva situação em que se encontra o seu cumprimento.

Recomendação por Subsistemas

Subsistema	Recomendação					Total	Grau de Implementação
	A Implementar	Em Implementação	Implementada	Não Implementada	Cancelada		
Apoio Logístico	0	0	0	2	0	2	0,00%
Aquisições	0	1	36	39	2	78	46,15%
Avaliação de Entidade	0	1	0	15	0	16	0,00%
Contabilidade	0	0	5	16	0	21	23,81%
Contratações	0	0	4	59	1	64	6,25%
Financeiro	1	4	7	51	0	63	11,11%
Gestão de Pessoas	0	2	11	55	1	69	15,94%
Orçamento	0	0	1	17	1	19	5,26%
Patrimônio	0	0	1	42	0	43	2,33%
Saúde	0	2	19	111	1	133	14,29%
Transferências	0	3	10	21	6	40	25,00%
Unidade Setorial de Controle Interno - UNISECI	0	0	0	7	0	7	0,00%
TOTAL	1	13	94	435	12	555	16,94%

Fonte: Dados do monitoramento realizado pela SDC - Setembro de 2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

2.5 - GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO POR PONTO DE CONTROLE

24. Por fim, detalha-se as recomendações por ponto de controle, bem como a respectiva situação em que se encontra o seu cumprimento.

Recomendação por Ponto de Controle

Sistema	Ponto de Controle	Recomendação					Total	Grau de Implementação
		A Implementar	Em Implementação	Implementada	Não Implementada	Cancelada		
Aquisições	Dispensa e Inexigibilidade	0	1	36	39	2	78	46,15%
Gestão de Pessoas	Gratificações	0	0	0	2	0	2	0,00%
	Deveres Funcionais	0	0	0	3	0	3	0,00%
	Cessão	0	0	1	18	0	19	5,26%
	Vantagens	0	0	0	2	0	2	0,00%
	Licenças e Afastamentos	0	1	2	11	1	15	13,33%
	Cargos	0	0	1	1	0	2	50,00%
	Remuneração e Indenização	0	1	7	11	0	19	36,84%
	Estabilidade e Progressão	0	0	0	4	0	4	0,00%
Recrutamento e Admissão	0	0	0	3	0	3	0,00%	
Financeiro	Restos a Pagar	0	0	1	3	0	4	25,00%
	Despesas Públicas	1	4	3	24	0	32	9,38%
	Regularidade Fiscal (Obrigações Fiscais e Acessórias)	0	0	0	3	0	3	0,00%
	Receitas Públicas	0	0	0	2	0	2	0,00%
	Adiantamentos	0	0	2	5	0	7	28,57%
	Diárias	0	0	0	5	0	5	0,00%
	Programação Financeira	0	0	1	7	0	8	12,50%
Fatos Extra Caixa (NEX)	0	0	0	2	0	2	0,00%	
Unidade Setorial de Controle Interno - UNISECI	Relatório de Atividades	0	0	0	1	0	1	0,00%
	Planos de Providência de Controle Interno	0	0	0	6	0	6	0,00%
Contratações	1 - Planejamento das aquisições	0	0	0	3	0	3	0,00%
	6 - Gestão e Fiscalização de contratos	0	0	1	8	0	9	11,11%
	aquisições de bens	0	0	1	15	0	16	6,25%
	5 - Adesão a Ata de Registro de Preços	0	0	2	7	0	9	22,22%
	4 - Dispensas e	0	0	0	12	0	12	0,00%



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

	Inexigibilidades							
	contratação de serviços comuns	0	0	0	6	0	6	0,00%
	2 - Fase Interna - Licitação	0	0	0	8	1	9	0,00%
Transferências	Contrato de Gestão - OS -- Descentralização	0	0	2	5	2	9	22,22%
	Publicização	0	2	1	0	4	7	14,29%
	Termos de Cooperação Técnica	0	0	4	2	0	6	66,67%
	Transferências voluntárias	0	1	3	14	0	18	16,67%
Avaliação de Entidade	Informação e Comunicação	0	0	0	2	0	2	0,00%
	Atividades de Controle	0	0	0	1	0	1	0,00%
	Monitoramento	0	0	0	3	0	3	0,00%
	Ambiente de Controle	0	1	0	7	0	8	0,00%
	Avaliação de Riscos	0	0	0	2	0	2	0,00%
Saúde	Gestão da Assistência Farmacêutica	0	0	4	4	0	8	50,00%
	Gestão Hospitalar	0	0	5	85	0	90	5,56%
	Assistência Farmacêutica	0	2	10	22	1	35	28,57%
Orçamento	1 - Programação Orçamentária	0	0	0	6	0	6	0,00%
	2 - Execução Orçamentária	0	0	0	6	1	7	0,00%
	3 - Créditos Adicionais	0	0	1	5	0	6	16,67%
Patrimônio	Gestão de Bens de Consumo	0	0	1	12	0	13	7,69%
	Gestão de Bens Móveis	0	0	0	19	0	19	0,00%
	Gestão de Bens Imóveis	0	0	0	11	0	11	0,00%
Apoio Logístico	Transportes	0	0	0	2	0	2	0,00%
Contabilidade	Registros Contábeis	0	0	2	8	0	10	20,00%
	Funcionalidades do Sistema FIPLAN	0	0	0	3	0	3	0,00%
	Contas Bancárias	0	0	1	3	0	4	25,00%
	Demonstrações Contábeis	0	0	2	2	0	4	50,00%
TOTAL		1	13	94	435	12	555	16,94%

Fonte: Dados do monitoramento realizado pela SDC - Setembro de 2021



3 - COMENTÁRIOS DA EQUIPE DE MONITORAMENTO

25. Com o objetivo de apresentar o resultado dos trabalhos de auditoria e controle, assim como enfatizar a importância da elaboração dos planos de providência como instrumento de saneamento das impropriedades detectadas, a equipe de Auditores orientou os servidores da SES, através de reuniões em meio remoto, contatos telefônicos, via correio eletrônico, e aplicativo do Sistema de Monitoramento.

26. Ainda nesse sentido, em 22 julho de 2021 foi levantado as recomendações com status de não implementada da SES. O levantamento apurou 467 recomendações não implementada. Após, optou-se por dar a cada uma delas uma classificação de grau de dificuldade para sua implantação, sendo assim classificadas em níveis: fácil, moderada e elevada. Após a leitura e análise de uma a uma verificou-se o nível de dificuldade para implementação. Feito isso, houve o encaminhamento dos dados tratados por e-mail e aplicativo de mensagens para o Gestor Jefferson L. Querioz da UNISECI/SES. Tal medida foi realizada com o intuito de auxiliar o Gestor no tratamento das recomendações, buscando dar a ele maior conhecimento sobre as recomendações que residem em sua carga.

27. Em 15/09/21 foi realizada outra reunião para tratar especificamente sobre as recomendações do Relatório de Auditoria nº 033//2020. A reunião se deu de modo online, (chamada telefone WhatsApp), e participaram André (Auditor-CGE), Jefferson (Gestor-UNISECI/SES) e Zelma (Gestora Governamental-SES). Explanou-se sobre as recomendações do RA nº 033/2020 e ainda se debateu sobre as evidências juntadas das recomendações.

28. Nessas oportunidades, foram debatidas as principais dificuldades que a Unidade Orçamentária tem enfrentado quanto ao saneamento das impropriedades ao longo dos exercícios em relação aos produtos de auditoria emitidos tanto pela CGE como pelos Órgãos de Controle Externo.

29. Ainda, explanou-se sobre a nova metodologia e a utilização do novo Sistema de Monitoramento adotados pela CGE em relação aos trabalhos de pós-auditoria (monitoramento das recomendações), destacando a importância da UNISECI como coordenadora na elaboração dos PPCIs junto às áreas sistêmicas e finalísticas.

30. Além disso, destaca-se que o monitoramento das recomendações passou a ser executado diretamente em um aplicativo (Sistema de Monitoramento).



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

31. Neste aspecto, esta equipe de Auditores analisou e monitorou os Planos de Providências (PPCIs), dos Relatórios de Auditoria expedidos, totalizando assim 49 produtos, e recomendou melhorias à luz da nova metodologia relativa aos aspectos formais e materiais, destacando que todos os trabalhos devem convergir para o saneamento dos apontamentos, e conseqüente geração de boas práticas de gestão.

32. A equipe de Auditores, atendendo a IN CGE n.º 03/2017, quando constatou a necessidade de correções nos planos de providências, promoveu a devolução à Unidade Orçamentária com as especificações dos ajustes necessários.

33. É importante frisar que a partir de 20 de março de 2020 a pandemia do COVID-19 tem gerado uma série de limitações nas atividades dos Órgãos, entretanto o grau de saneamento das recomendações não implementadas do levantamento feito em termos quantitativos, passou de 467 para 435, ou seja, houve a implementação de 32 recomendações que estavam paradas, isso demonstra alta adesão e forte empenho das áreas técnicas, além do engajamento de toda a instituição com o processo de monitoramento, com destaque para equipe da UNISECI/SES/MT, apesar das limitações impostas pela pandemia do COVID-19.

34. Ademais, a equipe da SDC, assim como toda a CGE, esteve à disposição dos responsáveis desta Unidade Orçamentária, a fim de esclarecer qualquer questionamento, inclusive os apontamentos contidos nos produtos de auditoria e controle.

35. Após esses esclarecimentos algumas das ações propostas foram revistas e os PPCIs encaminhados via Sistema de Monitoramento, com a assinatura do Secretário de Estado de Saúde (SES/MT), do responsável pela UNISECI, e pelos responsáveis das respectivas áreas executoras.

36. Os dados que lastrearam a elaboração desse Relatório de Monitoramento são os produtos de auditoria emitidos de janeiro de 2017 a julho/2021, ou seja, os produtos encaminhados pela CGE/MT aos Órgãos, com ciência dos Gestores até a data de 30 de julho de 2021.

37. Por fim, ressalta-se que, os trabalhos de monitoramento hora desenvolvidos, restringiram-se a análise formal dos documentos, ou seja, a verificação do atendimento das recomendações pela unidade auditada limitou-se ao confronto das ações propostas no PPCI com as recomendações apresentadas nos produtos de auditoria. Portanto, não houve a verificação da efetividade das medidas tomadas/propostas.

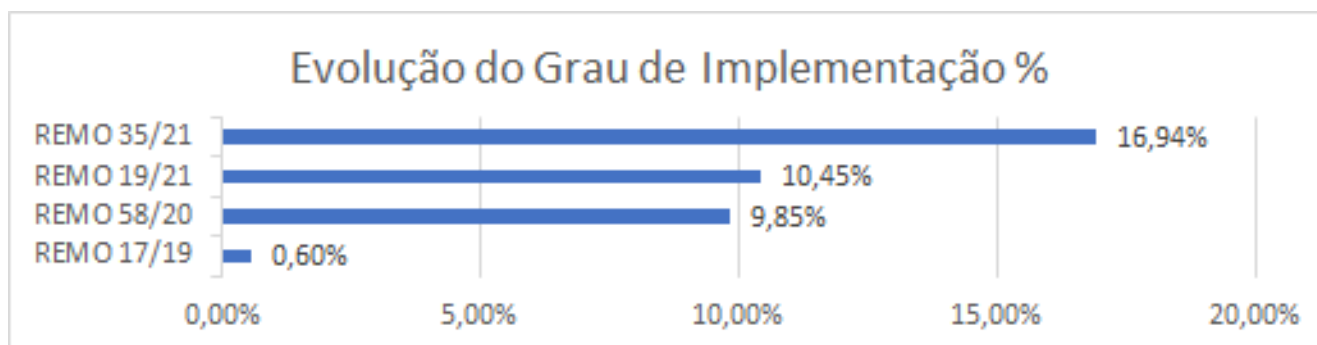


4 - CONCLUSÃO

38. O instrumento Plano de Providência objetiva demonstrar as ações propostas pelos diversos responsáveis com o fim de atender as recomendações contidas nos trabalhos de auditoria.

39. Assim, os PPCIs recebidos decorrente dos produtos de auditoria que integram esse monitoramento totalizam 555 recomendações, e apresentaram a seguinte síntese: 13 (2,34%) Em Implementação; 1 (0,18%) A Implementar; 435 (78,38%) Não Implementada; 12 (2,16%) Cancelada; 94 (16,94) Implementada.

40. Em análise comparativa com os últimos 3 (três) Relatórios de Monitoramento de exercícios anteriores, quais sejam: REMO nº 17/2019, REMO nº 58/2020 e REMO nº 19/2021, observa-se um aumento substancial no percentual de recomendações implementada, saindo de 0,60% (2) para 16,94% (94). O gráfico abaixo evidencia esse comportamento:



41. Esse aumento do grau de saneamento dos apontamentos demonstra o nível de adesão, colaboração das áreas técnicas e o engajamento de toda a instituição com o processo de monitoramento, com destaque para toda equipe da UNISECI/SES que deu suporte às áreas demandadas.

42. Destaca-se ainda que a pandemia do COVID-19, iniciada em março/2020, trouxe dificuldades para as equipes na elaboração e implementação de ações saneadoras para atender as recomendações da CGE/MT, vide o fato de muitos servidores terem sido acometidos pelo vírus.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

43. Contudo, torna-se necessário a continuidade do engajamento de toda a instituição com a finalidade de implementar as ações propostas nos PPCIs objetivando corrigir/mitigar as deficiências abordadas nos respectivos produtos de auditoria, o que permitirá uma melhoria dos controles e sua essência.

44. Por fim, espera-se que o desenvolvimento das atividades de monitoramento, e a consequente publicação dos respectivos relatórios, traga efetividade às ações de controle e o aperfeiçoamento da gestão pública, o que deve ocorrer por meio do cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle.

À apreciação superior.

Cuiabá, 27 de Setembro de 2021.

André Ramos Gomes da Silva
Auditor do Estado

Norton Glay Sales Santos
Superintendente de Desenvolvimento do Controle